Ñanduty
ISSN:2317-8590

Ecos do liberalismo e a prática patrimonialista de atores evangélicos na política brasileira: atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) na perspectiva empreendedora do cotidiano

José Leandro Fernandes dos Santos Correia (UFRN – leandrogeoalagoas@gmail.com)[1]

Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN – edu.albuquerque@ufrn.br)[2]

Resumo

O presente artigo se debruça sobre a atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional, com foco na maneira como seus membros incorporam e reinterpretam discursos liberais para justificar e perpetuar práticas patrimonialistas na política brasileira. Trata-se de um recorte de uma tese de doutorado em Geografia que teve como objetivo central analisar as relações entre religião, política e poder no Brasil no período da redemocratização (1988-2022). A pesquisa se baseou em uma metodologia qualitativa, combinando diferentes técnicas de coleta de dados, com ênfase na análise documental de leis, projetos de lei, discursos parlamentares e materiais oficiais da FPE. Assim, ao analisar a atuação dessa bancada de deputados, o estudo demonstrou como discursos liberais podem ser utilizados para mascarar práticas patrimonialistas e perpetuar desigualdades sociais, contribuindo para uma melhor compreensão das complexas relações entre religião, política e poder na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Poder, Política, Religião, Sociedade brasileira.

Echoes of liberalism and the patrimonialist practice of evangelical actors in brazilian politics: the performance of the Evangelical Parliamentary Front (FPE) from a daily entrepreneurial perspective

Abstract

This article examines the activities of the Evangelical Parliamentary Front (FPE) in the National Congress, focusing on the way in which its members incorporate and reinterpret liberal discourses to justify and perpetuate patrimonialist practices in brazilian politics. It is a segment of a doctoral thesis in Geography that had as its central objective to analyze the relations between religion, politics and power in Brazil during the period of re-democratization (1988-2022). The research was based on a qualitative methodology, combining different data collection techniques, with an emphasis on the documentary analysis of laws, bills, parliamentary speeches and official FPE materials. Thus, by analyzing the performance of FPE, the study demonstrated how liberal discourses can be used to mask patrimonialist

[1] Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professor na Rede Estadual de Ensino de Alagoas e na Rede Municipal de Maceió. Maceió, AL, Brasil. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6368842396010620. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6373-4031.

[2] Doutor em Geografia, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, RN, Brasil. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3353125804259611. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7286-6696.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

practices and perpetuate social inequalities, contributing to a better understanding of the complex relations between religion, politics and power in contemporary brazilian society.
Keywords: Power, Politics, Religion, Brazilian society.

Introdução

O presente artigo apresenta um recorte de uma tese de doutorado em Geografia que teve como objetivo central analisar as relações entre religião, política e poder no Brasil no período da redemocratização (1988-2022). Mais especificamente, este artigo se debruça sobre a atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional, focando-se na maneira como seus membros incorporam e reinterpretam discursos liberais para justificar e perpetuar práticas patrimonialistas na política brasileira (Faoro, 2001).

A pesquisa se baseou em uma metodologia qualitativa, combinando diferentes técnicas de coleta de dados, com ênfase na análise documental de leis, projetos de lei, discursos parlamentares e materiais oficiais da FPE. A análise dos dados coletados foi realizada com base nas propostas teórico-metodológicas de Bardin (2016), ao destacar a pré-análise na escolha dos dados e hipóteses levantadas, na exploração do material, no processo de codificação e enumeração do que foi pesquisado e no tratamento dos resultados, levando os pesquisadores à interferência e interpretação dos dados.

Com isso, buscou-se compreender como os membros da FPE constroem e mobilizam redes de apoio para alcançar seus objetivos políticos, considerando-se a perspectiva empreendedora do cotidiano (Lefebvre, 1981), que analisa como indivíduos e instituições empreendem ações no dia a dia para construir suas realidades sociais. Dessa forma, este artigo espera contribuir para uma melhor compreensão das complexas relações entre religião, política e poder no Brasil contemporâneo. Ao analisar a atuação da FPE, o estudo demonstra como discursos liberais podem ser utilizados para mascarar práticas patrimonialistas e perpetuar desigualdades sociais.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Organização e estratégia do neopentecostalismo na perspectiva empreendedora do cotidiano

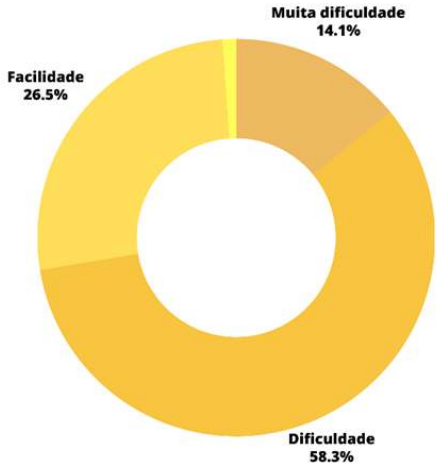
As muitas abordagens acerca do incentivo ao empreendedorismo fazem parte do cotidiano das reuniões das igrejas neopentecostais. Há diversos encontros, congressos e reuniões específicas nos templos para tratar sobre como o indivíduo torna-se responsável pela narrativa da sua vida por meio de escolhas relacionadas à gestão de sua vida financeira. Nesse sentido, o processo que leva o fiel ao caminho da ascensão passa pela capacidade de empreender. Esse discurso mobiliza os fiéis em torno de uma mística que perpassa uma atitude de risco, na qual o sucesso material depende de uma postura de "revolta" do fiel com a sua condição de pobreza. Com efeito, o dinheiro é compreendido como uma comunicação e apresenta uma centralidade, tanto como lógica social, como para o processo ritualístico.

Esse valor dado ao dinheiro aproxima a igreja do pensamento de grande parte da população brasileira, que considera as questões financeiras muito importantes para o indivíduo e, de alguma maneira, almeja a resolução dessas questões no seu cotidiano. Além de seu papel econômico e espacial, o dinheiro influencia a cultura e a identidade na sociedade brasileira. As noções de valor e status associadas ao dinheiro afetam as relações sociais e as percepções de sucesso e fracasso na sociedade. Por exemplo, Santos (1999) discute como o consumo de bens materiais torna-se um símbolo de status e prestígio, moldando as aspirações individuais e coletivas.

Nesse sentido, de acordo com o gráfico da Figura 1, 58,3% das famílias relataram dificuldade para pagar as contas no ano de 2018, enquanto 14,1% apresentavam muita dificuldade para honrar com os seus compromissos. Nesse cenário, cerca de 72,4% da população brasileira vive em famílias com alguma dificuldade para arcar com as despesas mensais, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Perfil das Despesas, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Figura 1. Pessoas em famílias que avaliaram a condição para pagar suas despesas mensais (%) — Brasil.

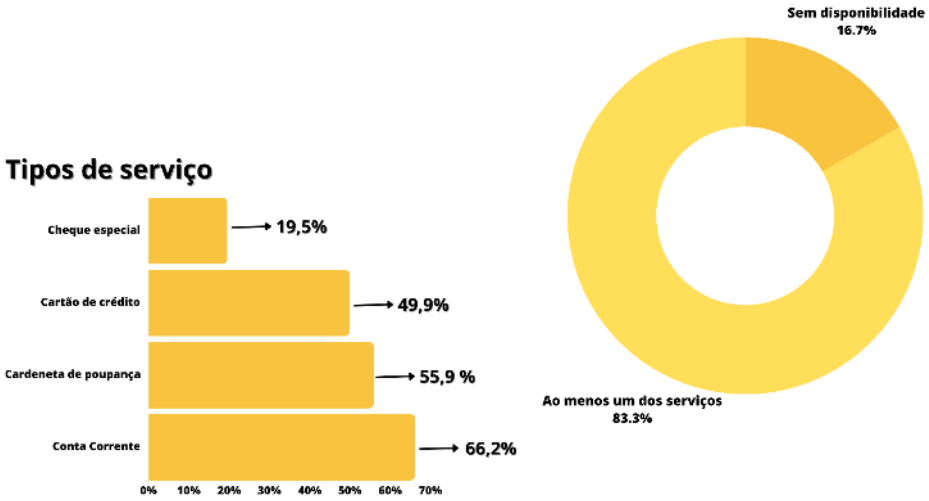


Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018 (IBGE, 2018).

Os dados do IBGE mostram que uma parcela significativa da população vive com renda insuficiente para cobrir despesas básicas como alimentação, moradia e saúde. Além disso, o acesso limitado a serviços financeiros, como crédito e poupança, torna ainda mais difícil lidar com imprevistos e emergências financeiras. A POF 2017-2018 analisou ainda o acesso das famílias a serviços financeiros (Figura 2).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Figura 2. Pessoas em famílias por disponibilidade de serviços financeiros (%) — Brasil.

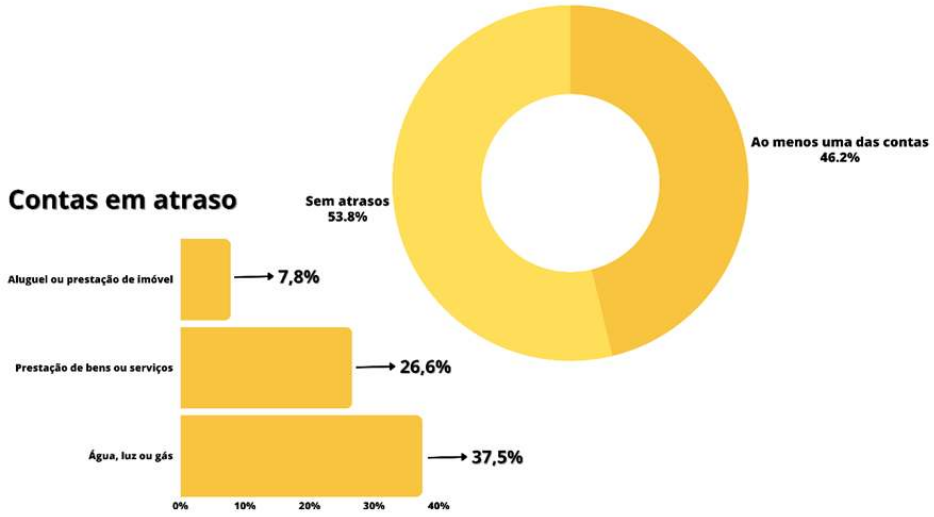


Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018 (IBGE, 2018).

No período pesquisado, 83,3% da população integrava famílias em que pelo menos um de seus componentes tinha um dos serviços financeiros analisados. A maior parte tinha acesso à conta corrente (66,2%), outros 55,9% tinham caderneta de poupança, seguido de cartão de crédito (49,9%) e de cheque especial (19,5%). As dificuldades financeiras enfrentadas pelos brasileiros, por sua vez, têm consequências significativas para o bem-estar social e econômico do país. O endividamento excessivo e a inadimplência podem levar a um ciclo de pobreza e exclusão social, perpetuando a desigualdade socioeconômica (Figura 3).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Figura 3. Pessoas em famílias que relataram atraso no pagamento de contas (%) – Brasil.



Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018 (IBGE, 2018).

De acordo com o gráfico acima (Figura 3), as famílias com atraso em contas de água, eletricidade ou gás concentravam 37,5% da população no ano de 2018, aparecendo em segundo lugar o atraso em prestações de bens e serviços (26,6%) e em terceiro lugar o atraso com aluguel ou prestação do imóvel (7,8%). Doravante, são dívidas relacionadas ao cotidiano das famílias, o que reflete na qualidade de vida da população do Brasil, tendo em vista que a financeirização do território é cada vez mais condição para o acesso ao modo de vida moderno.

A fé no dinheiro e a cotidianidade das práticas espaciais

Conforme Santos e Silveira (2010), a partir da década de 1990, novos instrumentos financeiros são incorporados no território brasileiro na forma de depósitos e de créditos relacionados ao consumo. Com efeito, a sociedade brasileira passa a ter mais acesso à poupança e crescem as preocupações para a obtenção de bens de consumo duráveis, conformadas com a popularização do cartão de crédito. Assim, essa “necessidade” de ter coisas foi paulatinamente sendo incentivada pelas grandes corporações, que enxergavam nesse processo uma forma de atingir camadas mais amplas da população.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

O dinheiro aparece em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta e, ao longo do tempo, acaba impondo-se como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio. Portanto, “o dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuído ao trabalho e aos seus resultados” (Santos, 1999, p. 8). De fato, a circulação do dinheiro é tão presente nas relações sociais que acompanha a modernização dessas ações no território por meio de implementações financeiras empresariais em acordos com o poder público, isto é, a consolidação dos sistemas eletrônicos na execução de transferências bancárias, depósitos e empréstimos, de tal modo que o dinheiro será um comunicador dos atores sintagmáticos e paradigmáticos.

Para Lefebvre (1981, p. 8), “a cotidianidade tem uma relação estreita e mal conhecida com os modos de organização e a existência da sociedade, que impõe um conceito entre trabalho, lazer, vida privada, transportes, vida pública etc.” Assim, para o autor, a cotidianidade representaria um conjunto de práticas sociais, ou seja, ações repetidas na quais os sujeitos buscam estruturar a sua vida para seguir os processos de viabilidade da vida social. Com base em Balbim (2018, p. 166):

> o cotidiano é tomado, aqui, como constituindo um universo material e simbólico do qual participam todos os indivíduos, empresas, instituições e organizações de diferentes maneiras e em diversos graus, partindo sempre do seu lugar de referência, o cotidiano e, também, o resultado de todo o conjunto de práticas concentradas e virtuais que se dão em um lugar específico, comportando certo ritmo de sucessão das ações encadeadas por rupturas e repetições demarcadoras de múltiplas temporalidades (técnicas naturais, políticas, normativas, globais, locais) (Balbim, 2018, p. 166).

Destarte, o desejo de acesso aos bens de consumo incide sobre a compreensão de diferentes cotidianos. Trata-se, portanto, do aparelhamento técnico dos grupos sociais que, no Brasil, destaca-se por diferenças demarcadas em função das densidades técnicas e informacionais, bem como da lógica da reprodução econômica, que priorizou partes do território brasileiro e criou uma região concentrada (Santos; Silveira, 2010).

É importante destacar que duas grandes igrejas neopentecostais, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD)

Ñanduty
ISSN:2317-8590

surgem na década de 1970, justamente no período em que, no Brasil, os eletrodomésticos eram bens de consumo sonhados por grande parte da população, que não tinha acesso e ainda estava se acostumando às chamadas “possibilidades da urbanização”. A rigor, tais itens desejados definiam a escassez de condições materiais e poderiam sugerir contextos sociais de isolamento, considerando que havia um forte incentivo da publicidade e da mídia para que a qualidade de vida estivesse atrelada à compra de tais mercadorias, soma-se a isso a disseminação de informações por meio do rádio e televisão, que já era uma realidade em mais de 40% das residências da Região Sudeste (Santos; Silveira, 2010).

Desde o início da atuação das igrejas neopentecostais na Região Sudeste era comum que recebessem um público que gostaria de ter bens de consumo em sua casa. Esse fato não é surpresa, considerando que, historicamente, o dinheiro sempre esteve ligado às práticas religiosas, haja vista os rituais que exigiam um sacrifício com algo que os indivíduos têm como valor (Lima, 1996). Assim, a ideia de dizimar, ofertar, fazer doações e ajudar perpassam diferentes significados, desde a manutenção dos templos até a busca por objetivos mais específicos como a compra de um carro ou de uma casa.

Um consenso entre as igrejas aqui analisadas é que a relação com o dinheiro está vinculada à relação do indivíduo com o divino, ou seja, se existe uma regularidade de dinheiro sendo destinado às igrejas, o indivíduo será abençoado; caso contrário, muitas dificuldades podem surgir, correndo este o risco de, inclusive, perder o patrimônio já conquistado. Ademais, quem busca essas instituições religiosas já sabe dessas trocas e se mobiliza para conceber o dinheiro como uma ferramenta de Deus na busca dos seus interesses. O relato a seguir é exemplificativo disso:

> Em 2019, a vendedora Ideni Pires de Souza, hoje com 55 anos, decidiu abrir uma loja de tecidos e aviamentos na garagem de sua casa. Embora tenha começado o empreendimento com poucos recursos, acreditava que Deus a faria prosperar. Na virada de ano, registrou esse desejo ao preencher o Projeto de Vida, na Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) no Centro da cidade de Rio Grande (RS). Antes de empreender, ela já atuava no ramo. No entanto, após a morte do proprietário da loja em que trabalhava, a viúva decidiu encerrar as atividades comerciais e estava prestes a dispensar as funcionárias. Ideni já sonhava em ter o seu negócio e orava, pedindo orientação ao Todo-Poderoso. Ela queria fazer tudo conforme a vontade dele. Desde que conheceu o

> ministério do Missionário R. R. Soares, há 20 anos, por meio do Show da Fé, tornou-se dizimista e patrocinadora. Por sua fidelidade a Deus no aspecto financeiro, acreditava que Ele abençoaria seu estabelecimento (Teixeira, 2023, on-line).

O trecho acima é parte de um depoimento da história de vida financeira de um indivíduo que empreendeu como tantos outros brasileiros. No entanto, consideramos que essa possibilidade de se distanciar dos empregos formais vinculados nas acepções neopentecostais revela um sistema de valores orientados por ditames religiosos. Não obstante, as noções de empreendedorismo perpassam pela ideia de ser patrão, algo incentivado pelas instituições religiosas que destacam que esse é um dos caminhos para o sucesso. Contudo, na prática, tal crescimento da informalidade indica a complexa situação do trabalho no Brasil, com relações cada vez mais flexíveis, falta de qualificação profissional, salários mais baixos e privação do convívio familiar, mas, também, de uma escolha dos indivíduos que concebem a prosperidade como algo que pode ser obtido por meio dos pequenos negócios.

Atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)

A solicitação de registro da FPE ocorreu no dia 10 de novembro de 2005, reunindo deputados federais e senadores que, naquele momento, tinham uma preocupação em fiscalizar os programas e as políticas governamentais, sobretudo em temas bem demarcados: proteção da família, da vida humana e dos excluídos. Nesse sentido, buscavam debater sob a ótica religiosa alguns dos grandes temas nacionais.

No seu estatuto, a FPE é descrita como uma associação civil, de natureza não governamental, sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração, tendo como finalidades principais a participação ativa dos membros nas comissões legislativas, promovendo políticas públicas. Ao mesmo tempo que a FPE busca acompanhar todo o processo legislativo, ela tem o hábito de promover cultos, homenagens a artistas gospel e destacar pastores pelos trabalhos no parlamento.

Antas Junior (2012) enfatiza que na estrutura política e social brasileira as normas morais têm ocupado lugar importante no tecido social, uma vez que os costumes e os valores de uma dada sociedade expressam os desejos e as

Ñanduty
ISSN:2317-8590

necessidades dos indivíduos. Assim, as normais morais se territorializam e estão associadas às normas jurídicas. Tal axioma funciona como organização das coisas, assim essas normas se classificam em função da escala de sua atuação e pertinência (Santos, 2006).

Souza (2022) destaca que as políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, uma vez que o governo entra em ação a partir de uma série de orientações políticas e econômicas. A rigor, são pressões de grupos representativos e instituições nos espaços políticos que definem o que será feito na sociedade. Esse conjunto de regras formais e informais moldam o comportamento dos atores, incidindo em políticas públicas. Mas as ideias que são lançadas no debate público revelam os interesses e a capacidade de articulação de diferentes agentes (Souza, 2022). Além disso, a formulação de políticas públicas apresenta um dinamismo, tendo em vista que a agenda pode ser modificada quando da mudança dos agentes políticos, nas prioridades de projetos ou indicações, ou pelos interesses do poder legislativo. Com efeito, projetos como o Escola sem Partido passaram a ser vistos como uma indicação necessária nas orientações pedagógicas da FPE.

Ao mesmo tempo, esses códigos relacionais reverberam uma miríade de atuações voltadas à manutenção de suas práticas espaciais, em que “cada organização procura reforçar sua posição obtendo trunfos suplementares, de tal modo que possa pesar mais que outras na competição. O poder político aparece em consequência como um produto da competição e como um meio de contê-la” (Raffestin, 1993, p. 59). Tais trunfos suplementares revelam as necessidades das organizações para gerenciar a sua expansão ou mesmo prever os reveses que possam ocorrer. Destarte, a religião atuando na política institucional sempre foi militante, moldada a uma agenda discutida entre pastores que gerenciam tanto o sagrado quanto empresas em processo de expansão.

Para marcar uma posição de poder na estrutura decisória do Estado brasileiro, as organizações religiosas precisam orientar projetos de lei, alguns deles, sem qualquer perspectiva de aprovação, mas apenas para destacar para o eleitorado que há uma atuação voltada a religião na tessitura política. A rigor, vários projetos são escritos com base em argumentos inconstitucionais, justamente para movimentar um

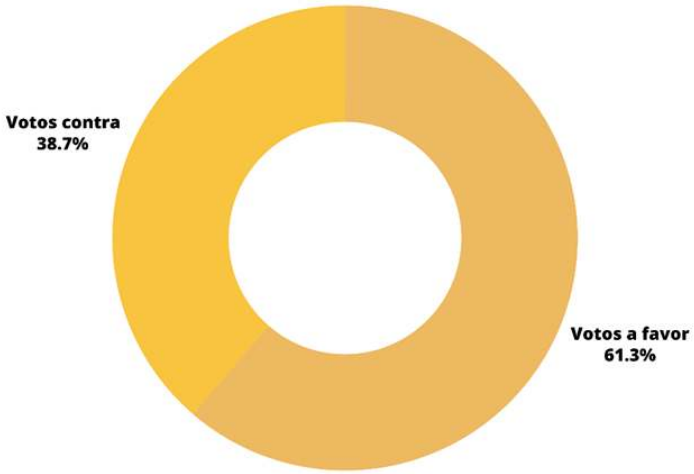
Ñanduty
ISSN:2317-8590

público fiel a escuta dos atores religiosos nas reuniões nos templos, congressos e redes sociais.

Com efeito, com a posse de Michel Temer, houve um intenso processo de mobilização, sobretudo com a movimentação do Partido Republicano Brasileiro (PRB), que nomeia o bispo da IURD, Marcos Pereira, para dirigir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Esse político do PRB também fazia parte da tríade política-religião-mídia, sendo deputado federal e presidente do partido, bispo licenciado da IURD e um dos diretores da Rede Record de Televisão. Nesse sentido, no governo Temer o apoio às pautas da FPE pareciam ter uma clara orientação, designar os líderes religiosos para cargos importantes e promover uma retomada da visibilidade da atuação dessas igrejas na esfera pública, que ficou enfraquecida no ocaso do governo de Dilma Rousseff.

A FPE, em 2017, no governo de Temer, contava com 75 deputados federais; destes 46 votaram a favor da reforma trabalhista (61,3% do total, Figura 4) que, na prática, apresentava um conteúdo neoliberal, particularmente por aludir à ampliação das possibilidades de terceirização, flexibilização de direitos trabalhistas, criação de novas formas de contratação, restrições de acesso à justiça do trabalho e retirada dos poderes e prerrogativas das entidades sindicais.

Figura 4. Votação da Frente Parlamentar Evangélica na Reforma Trabalhista — PL N°. 6.787/2016.



Fonte: elaborado pelos autores com dados do DIAP (2017).

Ñanduty
ISSN:2317-8590

É verdade que muitos dos fiéis das igrejas evangélicas já haviam se lançado a alternativas frente ao declínio dos empregos formais (desemprego estrutural), mas aqui, novamente, parece mais uma questão de adesismo político da bancada ao governo vigente. A bancada evangélica passa a defender o fortalecimento do empreendedorismo e dos acordos individuais nas relações de trabalho, em troca, evidentemente, da continuidade de suas prerrogativas de liberdade organizacional e isenção tributária, dentre outros.

A partir da Tabela 1, que traz as opiniões dos deputados federais acerca do regime trabalhista, as posições políticas parecem indicar uma posição mais alinhada ao neoliberalismo, sobretudo entre a bancada evangélica. O novo governo federal mudava o curso ideológico da condução econômica do país e, novamente, a bancada evangélica seguia o fluxo político ditado pelo governo.

Tabela 1. Opinião dos deputados acerca das posições econômicas neoliberais (Legislatura 2013-2017).

Posição do pesquisado	Congresso Nacional	Bancada Evangélica	Congressistas pentecostais
Os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores	41%	62,6%	68%
Quanto menos eu depender do governo, melhor estará minha vida	77,4%	87%	78,8%
As leis trabalhistas no Brasil mais atrapalham o crescimento das empresas do que protegem os trabalhadores, por isso, boa parte delas deveriam ser eliminadas.	44,9%	49,3%	47%

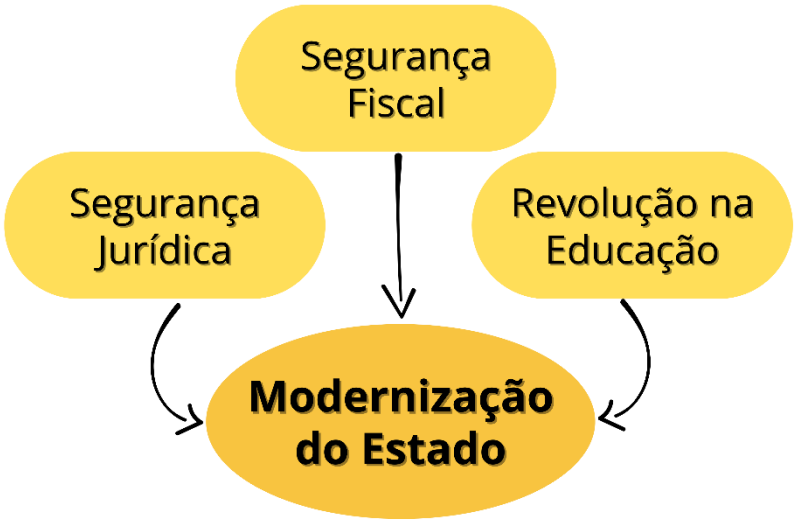
Fonte: adaptado da Folha de S. Paulo (2015).

Em 2018, sob a liderança do deputado federal Hidekazu Takayama, do Partido Social Cristão (PSC-PR), a FPE lança o Manifesto o Brasil para os Brasileiros (FPE, 2016), e segundo as orientações, o objetivo seria o combate à corrupção e ao corporativismo, além de servir de base para a atuação da bancada de 2018 a 2022. O documento de sessenta páginas faz uma análise conjuntural do país, apresentando propostas em diversos setores da administração pública. A ideia de diminuir o tamanho do Estado a partir da nova concepção de modernização, segundo a qual não

haveria espaço para modelos intervencionistas está evidenciada no documento. No entanto, parece ser uma regra circunstancial na retórica da FPE. Afinal, a defesa da livre concorrência e de leis antitrustes nunca estiveram no cerne do debate da FPE, o que invalida a tese defendida por muitos intelectuais de que o pentecostalismo seria, em essência, liberal.

Analisando o "Manifesto o Brasil para os Brasileiros" (FPE, 2016), os eixos apresentam a justificativa para a sua validação e as propostas para uma mudança (Figura 5).

Figura 5. Eixos norteadores da Frente Parlamentar Evangélica (Legislatura 2018-2022).



Fonte: elaborado pelos autores, de acordo com o Manifesto Brasil para os Brasileiros (2018).

Nesse sentido, o eixo 1 — modernização do Estado, propõe o enxugamento da máquina e a racionalidade administrativa, com uso intensivo de videoconferência para diminuir as despesas de deslocamento dos servidores. No eixo 2 — segurança jurídica, o intuito seria garantir o respeito aos contratos, visando atrair mais investimento estrangeiro. Já no eixo 3 — segurança fiscal, o documento apresenta propostas no sentido de viabilizar um sistema tributário simplificado para os cidadãos, a melhoria no ambiente de negócios e a redução da carga tributária das empresas. Por fim, o eixo 4 — revolução da educação, deixa de lado a perspectiva liberal geral do documento e apresenta elementos do conservadorismo, como a instituição do ensino moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, além de uma maior

Ñanduty
ISSN:2317-8590

participação do professor em sala de aula para recuperar a qualidade na educação brasileira.

De maneira geral, o documento parece uma sinalização dos deputados da FPE em apoio ao governo Michel Temer, considerado liberal naquele momento. Logo, apresenta incongruências, evidentemente, já que a postura pela busca de cargos em diferentes ministérios e o uso do dinheiro público direcionado para causas religiosas, afastariam uma perspectiva, de fato, liberal. Mariano (2006) explica que, quando ocorreram as discussões acerca da elaboração de um novo Código Civil, em 2003, houve uma forte mobilização da FPE, principalmente dos pastores pentecostais, que passaram a mobilizar os fiéis contra uma possível intervenção do Estado na vida religiosa. A posição dos evangélicos era que o novo Código Civil fixava regras para a organização e funcionamento das associações religiosas, e tenderia a ampliar o controle jurídico-político do Estado brasileiro (Mariano, 2006). Dessa forma, essa posição liberal dos evangélicos revela um caráter antes oportunista do que ideológico, pois decorre exatamente de um interesse corporativo ou particularista, no qual o que está em jogo é a defesa de privilégios institucionais adquiridos (Faoro, 2001).

De acordo com o Quadro 1, foi possível observar a atuação dos parlamentares da IURD ligados ao PRB, atual Republicanos, e do missionário José Olímpio do Democratas (DEM), ligado à Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD), votando junto com o governo. Desta feita, essa proposta estabelecia um limite para os gastos do governo federal para os próximos 20 anos a partir de 2017.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Quadro 1. Votação dos deputados ligados às igrejas neopentecostais na proposta de emenda constitucional (PEC) do Teto de Gastos (241/2016) na Câmara dos Deputados.

Deputado	Partido	Estado	Voto
Carlos Gomes	PRB	Rio Grande do Sul	Sim
Celso Russomano	PRB	São Paulo	Sim
Márcio Marinho	PRB	Bahia	Sim
Missionário José Olímpio	DEM	São Paulo	Sim
Roberto Alves	PRB	São Paulo	Sim
Ronaldo Martins	PRB	Ceará	Sim
Rosângela Gomes	PRB	Rio de Janeiro	Sim
Tia Eron	PRB	Bahia	Sim
Vinicius Carvalho	PRB	São Paulo	Sim

Fonte: elaborados pelos autores com dados disponíveis na Câmara dos Deputados (2016).

Em consonância com o alto grau de fisiologismo do Congresso, a votação dos parlamentares das igrejas neopentecostais demonstrou mais uma vez uma forte adesão em torno das pautas do executivo. É preciso observar que todos os deputados do PRB (Republicanos) votaram a favor do projeto. Segundo a argumentação de Gartner (1988), o empreendedor é aquele indivíduo que cria uma empresa e tenta se estabelecer dentro de um conjunto de regras impostas pelas técnicas empresariais tradicionais, e que se depara com mecanismos fiscais que ora podem incentivar ou prejudicar a atuação de seu empreendimento.

Desse modo, revisitando a proposição de Weber (2006) em torno da adaptação do protestantismo à lógica capitalista, conformamos a ideia de que a desmistificação do lucro, a idealização da competição e a valorização do trabalho moldam a identificação de um fiel de uma igreja neopentecostal, baseada nas regras da Teologia da Prosperidade. Além disso, foi necessário manter um discurso dentro das igrejas para evitar constrangimentos aos indivíduos que praticassem negócios e, por conseguinte, relações de competição e de suposta exploração dos trabalhadores. A rigor, seria uma forma de justificar a prática empresarial com uma moral advinda da religião.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

Outro fator que aproxima o fiel neopentecostal de um *ethos* mercadológico é a prevalência da própria instituição religiosa, que promove valores de liderança e iniciativa e, ainda, no sentido de garantir o envolvimento do fiel, sendo destacado o discurso de personagens bíblicos que foram líderes e conseguiram ter riquezas, bem como uma série de testemunhos sobre prosperidade e resolução de problemas financeiros. Conforme Drucker (1985), a perspectiva do empreendedorismo é multifacetada, isto é, exige disciplina e aprimoramento, além da ideia de inovação. Um exemplo dessa situação é a sanção presidencial da Lei complementar n. 182, de 01 de junho de 2021, instituindo o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador:

> Art. 3º Esta Lei Complementar é pautada pelos seguintes princípios e diretrizes:
> I - Reconhecimento do empreendedorismo inovador como vetor de desenvolvimento econômico, social e ambiental;
> II - Incentivo à constituição de ambientes favoráveis ao empreendedorismo inovador, com valorização da segurança jurídica e da liberdade contratual como premissas para a promoção do investimento e do aumento da oferta de capital direcionado a iniciativas inovadoras;
> III - importância das empresas como agentes centrais do impulso inovador em contexto de livre mercado;
> IV - Modernização do ambiente de negócios brasileiro, à luz dos modelos de negócios emergentes;
> V - Fomento ao empreendedorismo inovador como meio de promoção da produtividade e da competitividade da economia brasileira e de geração de postos de trabalho qualificados;
> VI - Aperfeiçoamento das políticas públicas e dos instrumentos de fomento ao empreendedorismo inovador;
> VII - Promoção da cooperação e da interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas, como relações fundamentais para a conformação de ecossistema de empreendedorismo inovador efetivo;
> VIII - Incentivo à contratação, pela administração pública, de soluções inovadoras elaboradas ou desenvolvidas por startups, reconhecidos o papel do Estado no fomento à inovação e as potenciais oportunidades de economicidade, de benefício e de solução de problemas públicos com soluções inovadoras; e
> IX - Promoção da competitividade das empresas brasileiras e da internacionalização e da atração de investimentos estrangeiros (Brasil, 2021, on-line).

Outro exemplo de mobilização parlamentar em torno do empreendedorismo é o Projeto de Lei n. 2.944 de 2021 (Senado Federal, 2021), que altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

Ñanduty
ISSN:2317-8590

incluindo os temas do empreendedorismo e inovação nos currículos da educação básica e superior, aguardando a sanção presidencial. A justificativa do projeto, da então relatora, senadora Kátia Abreu, enfatiza que essa é uma forma de desenvolver um ambiente de negócios no futuro, semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos. Doravante, é importante apontar que vários documentos da FPE destacam a importância do empreendedorismo na vida social, a exemplo do manifesto “Brasil para os Brasileiros” (FPE, 2016).

Considerações finais

A precarização do emprego e a busca por formas alternativas de sucesso e realização pessoal em meio a um contexto de incerteza econômica podem ter levado muitas pessoas a se aproximarem dos ensinamentos da Teologia da Prosperidade ensinada nas igrejas neopentecostais, que promete uma solução divina para problemas financeiros e materiais. Além disso, as igrejas evangélicas também se aproveitaram do clima de otimismo e aspirações de progresso material que permeavam a sociedade brasileira desde pelo menos a década de 1970, oferecendo uma narrativa religiosa que se alinhava com as aspirações de sucesso material da população por meio do empreendedorismo.

Ainda, no esteio do processo da redemocratização brasileira, as igrejas evangélicas já apareciam na esfera pública em diferentes mobilizações políticas. Esse protagonismo ocorria frente à tradição das igrejas protestantes mais antigas que renegavam a participação nas eleições e no planejamento de políticas públicas. Doravante, nesse período, já havia uma estratégia dos atores religiosos pentecostais e neopentecostais (bispos e pastores) de inserção nas instâncias de poder, capitaneada não só pelos elementos políticos, mas pela possibilidade de se beneficiar do Estado em empreendimentos privados ligados, ou não, às igrejas.

Nesse contexto, a FPE exerce uma forte pressão institucional nos meios da política brasileira contemporânea, promovendo uma série de articulações para promulgar leis e políticas que se alinham com crenças e interesses de seus membros, constituindo-se como um ator importante durante campanhas eleitorais ao mobilizar

fiéis das igrejas para apoiar determinados candidatos e organizar eventos políticos, como comícios e carreatas. Dessa forma, é possível identificar que o chamado “lobby político” realizado pela FPE lança mão, dentre outras estratégias, da utilização de discursos liberais para mascarar práticas patrimonialistas estabelecidas nas complexas relações entre religião, política e poder na sociedade brasileira.

Referências

ANTAS JUNIOR, R. M. 2005. *Território e regulação*: *espaço geográfico, fonte material e não formal do direito*. São Paulo: Fapesp.

BALBIM, R. N. 2017. “A quinta dimensão do espaço cotidiano e práticas espaciais”. In: SOUZA, M. A. (org.). *Território brasileiro*: *usos e abusos*. Arapiraca: Eduneal, p. 165-182.

BARDIN, L. 2016. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BRASIL. 2021. Secretaria Geral. *Lei complementar n. 182, de 1 de junho 2021*: institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp182.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão Extraordinária n. 274: PEC n. 241/2016 — Proposta de emenda à Constituição, segundo turno, nominal eletrônica. *Câmara dos Deputados*, 25 out. 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=7252&numLegislatura=55&codCasa=1&numSessaoLegislativa=2&indTipoSessaoLegislativa=O&numSessao=274&indTipoSessao=E&tipo=uf. Acesso em: 12 jun. 2020.

DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. 2017. *Votação da Reforma Trabalhista na Câmara dos Deputados*. Disponível em: https://www.diap.org.br/. Acesso em: 13 mar. 2020.

DRUCKER, P. 1985. *Innovation and entrepreneurship*. Nova York: Harper Collins.

FAORO, R. 2001. *Os donos do poder*: *formação do patronato brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo.

FPE — Frente Parlamentar Evangélica. Câmara dos Deputados. 2016. *Manifesto à Nação “O Brasil para os brasileiros”*. Disponível em:

https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf. Acesso em: 16 jul. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. 2015. Parlamentares são mais liberais do que eleitorado. *Folha de São Paulo*, 13 out. 2015. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1693217-parlamentares-sao-mais-liberais-do-que-o-eleitorado.shtml /. Acesso em: 16 maio 2020.

GARTNER, W. B. 1988. Who is the entrepreneur? Is the wrong question. Entrepreneurship theory and practice. *American Journal of Small Business*, 12, p. 11-32.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *POF — Pesquisa de Orçamentos Familiares*. Disponível: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html. Acesso em: 16 maio 2022.

LEFEBVRE, H. 1981. *Critique de la vie quotidienne*: III – De la modernité au modernism (pour une métaphilosophie du quotidien). Paris: L'Arche Éditeur.

LIMA, J. F. 1996. *Psicanálise do dinheiro*. Rio de Janeiro: Mauad.

MARIANO, R. 2014. *Neopentecostais*: *Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola.

RAFFESTIN, C. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.

SANTOS, M. 2006. *A natureza do espaço*: *técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.

SANTOS, M. 1999. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Niterói, 1(1), p. 7-13.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. 2010. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.

SENADO FEDERAL. 1996. *Projeto de Lei n. 2.944, de 2021*: altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir os temas do empreendedorismo e da inovação nos currículos da educação básica e superior. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9007089&ts=1719344495091&disposition=inline. Acesso em: 16 jul. 2022.

SOUZA, M. L. 2022. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Ñanduty
ISSN:2317-8590

TEIXEIRA, E. 2023. “‘Deus me sustenta’: microempresária atribui sucesso nos negócios à fidelidade ao Senhor nos dízimos e no patrocínio”. *Revista Show da Fé*, 10 jun. Disponível em: https://www.revistashowdafe.com.br/reportagens/capa-novela-da-vida-real-287/. Acesso em: 17 jul. 2023.

WEBER, M. 2006. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret.